



Caro Leitor

Nesta edição fique a saber que a ARAP assinalou o seu aniversário com um debate sobre regulação

Conheça ainda outras actividades que marcaram a comemoração do aniversário da ARAP

A ARAP capacita técnicos da AP em manuais de contratação

E fique informado sobre o papel da ARAP

Votos de uma boa leitura ...

Índice

Capacitação em Manuais da Contratação Pública	2
Contratação Pública: técnicos sensibilizados sobre novas regras	3
Aniversário da ARAP com debate sobre regulação	4 e 5
Posse do membro da CRC	6
Código de Contratação Pública-CCP no BO	7

Capacitação em Manuais da Contratação Pública

A ARAP promoveu de 02 a 04 de Junho, uma acção de capacitação sobre a utilização do Manual de Boas Práticas da Contratação Pública e do Manual do Júri, dirigida aos técnicos das entidades adjudicantes, principalmente aos integrantes das Unidades de Gestão de Aquisições (UGA) e aos dirigentes das Direções Gerais de Planeamento Orçamento e Gestão (DGPOG), cuja intervenção no processo de contratação na Administração Pública Central é de extrema importância para a boa aplicação dos princípios e procedimentos da contratação pública.



O evento decorreu na sala de formação da ANAC, organizado em duas turmas, uma de manhã e outra a tarde. A mesma teve como objectivo familiarizar os participantes na utilização de dois instrumentos que serão guias na condução dos procedimentos de contratação pública e na avaliação das candidaturas e das propostas apresentadas.

No final, os participantes disseram estar satisfeitos com a acção e com os instrumentos que serão disponibilizados para a orientação na condução dos procedimentos ao abrigo do código que entrará em vigor em Outubro próximo. A acção foi ministrada pela consultora Catarina Pinto Correia, e teve como base o manual de boas práticas da contratação pública e o manual do júri.

O Manual de Boas Práticas da Contratação Pública contém uma explicação detalhada dos procedimentos de contratação pública na formação de contratos aos quais se aplica o Código da Contratação Pública, bem como das formalidades que deverão ser observadas e o ciclo de contratação pública.

Quanto ao Manual do Júri, visa apoiá-los nas suas funções, das quais se destacam a realização do acto público, a análise das candidaturas e das propostas, a avaliação das propostas, e a elaboração dos relatórios preliminar e final. Este manual ainda contém vários modelos de avaliação, para facilitar os membros do júri na sua avaliação e melhorar as decisões das entidades adjudicantes, na hora de adjudicar.



Os referidos manuais foram concebidos no âmbito do Projecto de Capacitação de Pequenas e Médias Empresas e Governação Económica, financiada pelo Banco Mundial.

Contratação Pública: técnicos sensibilizados sobre novas regras

O tema Contratação Pública fez parte de uma mega formação organizada pelo Ministério das Finanças e do Planeamento, no mês de Abril.

O tema em questão foi apresentado pela PCA da ARAP Carla Soares de Sousa que debruçou sobre o código de contratação pública, esclarecendo sobre: a importância dos princípios, os tipos de contratos, os tipos de procedimentos, quem são as entidades adjudicantes, os tipos de impugnações administrativas, as contra ordenações, entre outros temas abordados. A acção tinha como principal objectivo a massificação de conhecimentos, em matéria de legislações aos técnicos das finanças mas de também técnicos das DGPOG de outros ministérios



SGME e INCI recebem técnicos da ARAP



Dois técnicos da Autoridade Reguladora das Aquisições Públicas-ARAP, estiveram no mês de Abril numa missão técnica em Portugal no âmbito da parceria existente entre a ARAP e duas instituições portuguesas ligadas a contratação pública.

Na Secretaria Geral do Ministério da Economia-SGME, esteve o técnico Salvador Correia que pode conhecer a estrutura da SG, acompanhar a rotina de trabalho, inteirado sobre o sistema de compras públicas de Portugal, bem como do processo de execução das auditorias levadas a cabo pela SGME.

No âmbito do protocolo rubricado com o Instituto da Construção e do Imobiliário-INCI, foi o técnico Manuel Garcia. Durante a missão, o mesmo pode acompanhar a rotina do trabalho da INCI na regulação do sector da construção e do imobiliário, inteirando-se sobre o sistema de tratamento de reclamações, mecanismo de arrecadação de receitas entre outras actividades levadas a cabo pela entidade.

A missão dos técnicos traduziu em uma mais valia para ARAP principalmente em projectos de capacitação interna bem como na realização de auditorias.



ARAP comemora 8 de Maio com debate sobre regulação...

Volvidos sete anos, após publicação no Boletim Oficial que anunciou a criação da entidade reguladora, a comemoração do aniversário ficou marcada por um debate sobre a regulação, num evento que reuniu todas as entidades reguladoras do País, onde cada uma apresentou o seu testemunho.

A ARAP, através da PCA Carla Soares de Sousa, apresentou o testemunho, contextualizando a criação da ARAP no quadro da reforma das aquisições públicas indicando a estratégia prevista no Plano Estratégico da ARAP e dos desafios futuros, informando sobre a aprovação e publicação do Código de Contratação Pública.



O PCA da ANAC, David Gomes, fez um resumo histórico da regulação em Cabo Verde, com a criação das agências de regulação, e apresentou os impactos da regulação no mercado das telecomunicações em Cabo Verde, os desafios do Sector bem como o modelo da regulação adoptado nas comunicações electrónicas.

Já o Administrador da AAC, Octávio Oliveira apresentou a regulação do sector da aviação civil em Cabo Verde, debruçando sobre o Sistema da Aviação Civil Internacional e o papel da Agência da Aviação Civil em Cabo Verde.

A regulação farmacêutica e alimentar em Cabo Verde, foi abordada pela técnica da ARFA, Nadege Fortes, abarcando o contexto da criação da agência, as competências na matéria e os resultados alcançados.



O Painel da AMP foi apresentado pelo Assessor José Pina que falou da importância e função da Agência Marítimo Portuária, suas atribuições e poderes regulatórios, apontando dificuldades e desafios da agência.

Durante o período de debate os presentes puderam interagir com apresentadores, esclarecendo questões sobre a actuação de cada entidade.

O evento foi encerrado pelo Administrador da ARAP, João Tavares, que enalteceu a importância da regulação em Cabo Verde.

...e palestras nas universidades

No âmbito das actividades comemorativas do aniversário, a ARAP promoveu ainda várias actividades junto das instituições de ensino superior com objectivo de partilhar com o público académico, informações sobre actuação, estratégias e o novo código da contratação pública.

Assim, no dia 04 de Maio, os alunos e docentes do Instituto Superior de Ciências Jurídicas e Sociais-ISCJS, puderam participar de uma apresentação feita pelo técnico Aécio Ferreira, sobre os principais aspectos do recém-publicado Código da Contratação Pública. Os presentes puderam questionar e esclarecer aspectos como os tipos de procedimentos, o regime das contra-ordenações e outras sanções que podem ser aplicadas em caso de violação dos princípios do CCP.



No dia 06 o técnico Salvador Correia foi ao Instituto Superior Ciências Económicas e Empresariais-ISCEE, apresentar a experiência e os resultados da ARAP na realização de auditorias ao sistema e aos procedimentos de contratação pública. Os presentes puderam conhecer os procedimentos para a realização da auditoria na contratação pública.

Ainda no dia 06, no período da tarde foi a vez da técnica Any Teixeira levar a apresentação e debate, a estratégia para a missão da ARAP à Escola Superior de Tecnologias e Gestão da Uni-Santiago. Foi debatido alguns pontos do plano estratégico da ARAP e ficaram a conhecer as bases em que se assentam a planificação das actividades da instituição.



E no dia 07, o técnico Arlindo Borja foi analisar a Participação das Micro e Pequenas Empresas nos procedimentos de contratação pública juntamente com os alunos da escola de Negócios e Governação da Uni-CV, com a apresentação de um Estudo sobre a matéria, concebido no âmbito do Projecto de Capacitação de Pequenas e Médias Empresas financiado pelo Banco Mundial.

Reunião do Conselho Consultivo



Os membros do Conselho Consultivo da ARAP reuniram durante o dia 08 de Junho, para analisarem as acções levadas a cabo pela entidade reguladora e propostas tendo em conta as acções do plano estratégico e operacional da entidade para os próximos anos.

Os membros fizeram uma apreciação positiva do Relatório de Actividades da ARAP de 2014 e do Plano de Actividade de 2015. Para além da análise dos dois documentos, os membros debruçaram

sobre o Plano Estratégico e Operacional da ARAP, 2015-2019, onde foi analisado o andamento das actividades previstas, o plano de comunicação, a conta gerência entre outros.

CRC tem novo membro



Carlos Veiga é o novo membro da Comissão de Resolução de Conflitos-CRC.

A posse foi conferida no dia 23 de Abril, pela presidente do CA da Autoridade Reguladora das Aquisições Públicas-ARAP, Carla Soares de Sousa, dando assim seguimento à Deliberação do Conselho de Administração da ARAP, que foi publicada no Boletim Oficial n.º17/2015 de 07 de Abril.

No ato, o empossado disse esperar que a sua experiência seja uma mais-valia para a instituição e que irá trabalhar para poder contribuir na dinamização do trabalho

que a comissão tem feito na resolução de litígios em contratação pública.

Alunos do curso Gestão Contabilística, do Instituto do Emprego e Formação Profissional-IEFP, visitaram a ARAP para inteirarem das regras e procedimentos utilizados.



Código de Contratação Pública-CCP no BO

O Código de Contratação Pública aprovado pela Lei nº 88/VIII/15 de 14 de Abril regulará a fase de formação dos contratos de a) Empreitada de obras públicas; b) Locação e aquisição de bens móveis; c) Aquisição de serviços; d) Serviços de Consultoria; e) Concessão de obras públicas; f) Concessão de serviços públicos.

A celebração dos contratos acima referido deve ser precedida de um dos seguintes procedimentos: a) Concurso público; b) Concurso público em duas fases; c) Concurso limitado por prévia qualificação; d) Concurso restrito; ou e) Ajuste directo.

O CCP aplica-se obrigatoriamente as seguintes entidades Adjudicantes: a) O Estado e os serviços da sua Administração Directa; b) As Autarquias Locais; c) Os Institutos Públicos, seja qual for o respetivo grau de autonomia, incluindo as Fundações Públicas e as Entidades Reguladoras; d) Empresas Públicas do sector empresarial estadual ou autárquico; e) As Associações Públicas, as Associações de Entidades Públicas, ou as Associações de Entidades Públicas e Privadas que sejam financiadas maioritariamente por entidades previstas

A não observância às normas do CCP por candidatos ou concorrentes ou ainda pelos representantes das entidades responsáveis pela condução do procedimento ou por funcionários da Administração Pública, constituem incumprimentos e que podem ser objecto de contra-ordenações num processo de contratação pública.

As contra-ordenações são puníveis com coimas. E, para além disso, poderá ser aplicado ao infractor as sanções acessórias.

Portanto, se é entidade adjudicante ou potencial candidato ou concorrente numa contratação pública, mantenha-se informado!

Sessões de esclarecimentos sobre CCP promovidas pela ARAP	Data
Ordem dos Advogados	25/05
Operadores económicos	27/05
Entidades Adjudicantes	28/05
Câmaras Municipais	29/05
Ordem dos Arquitectos	17/06
BCV	19/06

A ARAP tem promovido a divulgação do CCP a diversos públicos, através de sessões de apresentação e esclarecimentos.

A regulação do SNCP

O Sistema Nacional da Contratação Pública é regulado pela Autoridade Reguladora das Aquisições Públicas-ARAP, conforme enunciado no CCP no artigo 22º.

À ARAP, enquanto regulador cabe verificar se os princípios e as normas do CCP estão sendo cumpridos pelas entidades adjudicantes. A ARAP fará isso quer através da supervisão e acompanhamento (não intervenção) quer através da auditoria ou pela resolução de conflitos.

As auditorias são levadas a cabo anualmente pela ARAP.

Lá onde o CCP poderá suscitar dúvidas a ARAP tem a missão de orientar o Sistema através da emissão de diretivas.

As UGA são responsáveis pela condição dos procedimentos na Administração Pública Central e são responsáveis pelas decisões que tomam no procedimento.



Atas do Iº Congresso de Compras Públicas de Cabo Verde

16 Julho de 2015
09horas
Auditório Caixa Económica
Cidade da Praia

LANÇAMENTO

Informações:

www.arap.cv

www.facebook.com/ARAP.CV



Autoridade Reguladora das Aquisições Públicas

Rua Neves Ferreira, nº 5
Cruzeiro (zona do ténis)- Plateau
Praia-Santiago
Cabo Verde
Tel: 260-04-07
Fax: 261-56-66